

**SISTEMA DE ASSENTAMENTO
E PROCESSO DE TERRITORIALIZAÇÃO
ENTRE OS TERENA DA TERRA
INDÍGENA BURITI, MATO GROSSO
DO SUL, BRASIL***

JORGE EREMITES DE OLIVEIRA**

Resumo: neste artigo é apresentado um ensaio etnoarqueológico sobre sistema de assentamento e o processo de territorialização entre os Terena que vivem na Terra Indígena Buriti, localizada na Serra de Maracaju, entre os municípios de Sidrolândia e Dois Irmãos do Buriti, no estado de Mato Grosso do Sul, Brasil. Trata-se de um estudo cujo recorte temporal está situado entre 1850 até os dias de hoje. O interesse pelo assunto adveio das experiências acumuladas durante a realização de uma perícia judicial, de natureza antropológica, arqueológica e histórica, sobre a ampliação dos limites da Terra Indígena Buriti, de 2.090 para 17.200 hectares, realizada no segundo semestre de 2003. Uma das relevâncias deste estudo está na incorporação dos paradigmas de territorialização e processo de territorialização à arqueologia brasileira.

Palavras-chave: *Etnoarqueologia. Territorialização. Sistema de assentamentos. Terena. Terra Indígena Buriti.*

Entre outubro e dezembro de 2003, participei como arqueólogo de uma perícia de natureza antropológica, arqueológica e histórica sobre parte de um território indígena no estado brasileiro de Mato Grosso do Sul. O estudo foi determinado pela Justiça Federal em Campo Grande e incidiu sobre a área de ampliação dos limites da Terra Indígena Buriti (T.I. Buriti), de 2.090 para 17.200 hectares, conforme consta no Processo nº.

* Recebido em: 14.01.2011.

Aprovado em: 13.02.2011.

** Doutor em História/Arqueologia pela PUCRS, com estágio de pós-doutorado em Antropologia Social pelo Museu Nacional/UFRJ. Professor associado da UFGD – Universidade Federal da Grande Dourados, em Mato Grosso do Sul, onde coordena o PPGAnt – Programa de Pós-Graduação em Antropologia e o ETNOLAB – Laboratório de Arqueologia, Etnologia e Etno-história. Bolsista de produtividade em pesquisa do CNPq. *E-mail:* eremites@ufgd.edu.br.

2001.60.00.003866-3, da 3ª Vara Federal de Campo Grande, 1ª Subseção Judiciária de Mato Grosso do Sul. Ali vive uma comunidade Terena cuja população está distribuída em oito aldeias e foi estimada, no início de 2009, em cerca de 2.500 pessoas, segundo dados obtidos junto à Fundação Nacional de Saúde (Funasa).

As oito aldeias ali existentes, com sua respectiva população, são as seguintes: Água Azul (282), Barreirinho (106), Buriti (848), Córrego do Meio (485), Lagoinha (281), Olho D'Água (193), Oliveira (136) e Recanto (212). Próxima dali, no município de Sidrolândia, também há um grupo Terena majoritariamente originário de Buriti. Trata-se da comunidade de Tereré, estabelecida em uma aldeia urbana de mesmo nome, localizada na Terra Indígena Tereré ou Buritizinho, cuja população foi igualmente estimada pela Funasa, para o início de 2009, em 668 pessoas. Juntas, as duas terras indígenas totalizavam uma população de 3.211 indígenas.

A área periciada está localizada na região serrana de Maracaju, na microbacia hidrográfica do córrego Buriti, sub-bacia do rio Miranda, bacia do alto curso do rio Paraguai. Em termos florísticos, está incluída no bioma Cerrado, com uma cobertura vegetal verificada em 77,25% de savana e 22,75% de contato entre savana e floresta estacional (ISA, 2010).

Laudos periciais em geral, e especificamente os que tratam de terras indígenas, constituem um desafio cada vez maior a antropólogos que atuam no país. Estudos as-



Figura 1: Localização da T.I. Buriti em Mato Grosso do Sul, Brasil

sim não podem ser avaliados unicamente por critérios teórico-metodológicos em voga na academia, mas, também, pela eficácia no esclarecimento dos fatos e na garantia de direitos frente às complexidades e sutilezas do mundo jurídico.

Neste sentido, as experiências acumuladas em 2003 mostraram-se bastante profícuas para a aplicação concatenada de procedimentos teórico-metodológicos consagrados na antropologia sociocultural e arqueologia. No âmbito da academia brasileira, também contribuíram para uma (re)aproximação estratégica e inovadora de dois campos clássicos da antropologia, ao menos tal qual se verifica na tradição norte-americana de matriz boasiana (GEERTZ, 2001; STOCKING JR., 2004; SILVERMAN, 2005; BALÉE, 2009; STEIL, FAUSTO, 2009; dentre muitos outros). Neste sentido, a noção de *campo* aqui empregada, complementar a de *habitus*, tem a ver com a ver com o espaço intelectual onde ocorrem diversos tipos de relações sociais e até mesmo disputas pela autoridade científica entre os indivíduos, os quais são motivados por interesses dos mais variados e manifestados pela capacidade técnica e poder social (BOURDIEU, 2010, p. 59-73).

Além disso, os dados obtidos em 2003 foram revisitados no segundo semestre de 2010, durante uma semana de trabalho de campo entre os Terena. De posse do laudo judicial produzido na época, fui a aldeias de Buriti para discutir com alguns interlocutores indígenas a respeito de informações obtidas durante as diligências periciais. Destaque especial foi dado aos antigos assentamentos que várias famílias mantiveram na Serra de Maracaju até os anos 1930. Foi nessa década que muitas delas foram expulsas das terras que tradicionalmente ocupavam na região, e transferidas para os 2.090 hectares originais da T.I. Buriti, reservada aos índios pelo Estado Nacional em fins da década de 1920. Esta situação tem a ver com um conjunto de fatores, dentre os quais o fato de nas primeiras décadas do século XX a política indigenista oficial no sul do antigo Mato Grosso, atual Mato Grosso do Sul, estar voltada para o propósito de transferir terras indígenas não regularizadas pelo Estado a representantes das frentes de expansão da sociedade nacional.

O propósito maior foi concatenar procedimentos da etnoarqueologia, entendida como o estudo arqueológico de grupos humanos contemporâneos, com a etnologia indígena. Nesta perspectiva, foi estudado o antigo sistema de assentamento terena, isto é, os locais de ocupação tradicional onde eles estabeleceram moradia, cemitérios, roças etc. (WILLEY, PHILLIPS, 1958; TRIGGER, 1970; CHANG, 1976; BERNARDO DE QUIRÓS, 1995 etc.), associado à compreensão do processo de territorialização a que foram submetidos na primeira metade do século XX.

Esta proposta remete à incorporação dos paradigmas de territorialização e processo de territorialização aos estudos etnoarqueológicos realizados no Brasil, com o objetivo de compreender a relação entre cultura material, comportamento humano e organização e reorganização socioespacial diante das ações do Estado e das frentes de expansão da sociedade nacional. Nesta linha de argumentação, apresento os conceitos de territorialização e de processo de territorialização elaborados por Pacheco de Oliveira (1998b, p. 55):

[...] a noção de territorialização é definida como um processo de reorganização social que implica: 1) a criação de uma nova unidade sociocultural mediante o estabelecimento de uma identidade étnica diferenciadora; 2) a constituição de mecanismos políticos especializados; 3) a redefinição do controle social sobre os recursos ambientais; 4) a reelaboração da cultura e da relação com o passado.

E mais:

O que estou chamando de processo de territorialização é, justamente, o movimento pelo qual um objeto político-administrativo – nas colônias francesas seria a “etnia”, na América espanhola as “reducciones” e “resguardos”, no Brasil as “comunidades indígenas” – vem a se transformar em uma coletividade organizada, formulando uma identidade própria, instituindo mecanismos de tomada de decisão e de representação, e reestruturando as suas formas culturais (inclusive as que o relacionariam como meio ambiente e com o universo religioso) (PACHECO DE OLIVEIRA, 1998b, p. 56).

Para este tipo de estudo foi feito o levantamento de 35 locais ocupados entre a segunda metade do século XIX e a primeira do XX, indicados em 31 pontos na área representada na Figura 2. Tais lugares não foram alvo de escavações arqueológicas devido ao tempo disponível para os trabalhos de campo e ao ambiente de tensão, marcado por conflitos ligados à posse da terra, que caracterizam o contexto colonialista em que perícias desse tipo são realizadas em Mato Grosso do Sul (EREMITES DE OLIVEIRA; PEREIRA, 2010).

Um estudo desse tipo aproxima-se de uma etnoarqueologia da “vida-história da formação do território”, como feito por Zedeño (1997) entre os Hopi no Arizona, Estados Unidos, e recentemente iniciada por Cavalcante (2009) entre os Kaiowa de Panambi, Panambizinho e Sucuri’y, em Mato Grosso do Sul.

Dessa maneira, portanto, foi possível conhecer a história de vida de pessoas cujas famílias foram vítimas de processo de esbulho e, por conseguinte, compreender a trajetória da própria comunidade dentro de seu território. Em um transcurso assim constam, por exemplo, lugares de nascimento e moradia de muitos indivíduos (antigos assentamentos que constituem sítios arqueológicos), áreas utilizadas para atividades de subsistência (caça, pesca, coleta, agricultura e manejo agroflorestal), cemitérios onde foram sepultados parentes, antigos caminhos e trilhas, morros de significado religioso etc.

OS TERENA E OS TERENA DE BURITI

Os Terena, também conhecidos historicamente como Etenoé ou Tereno, constituem um povo indígena cujo idioma nativo está filiado à família linguística Aruák, sem vinculação a nenhum tronco linguístico identificado atualmente (RODRIGUES, 1986; URBAN, 1992; MONSERRAT, 1994; LADEIRA, 2007).

Em fontes textuais das épocas colonial e imperial, produzidas por viajantes, missionários religiosos e funcionários públicos civis e militares, os Terena, juntamente com

os Echoaladi (Chavarana), Kinikinau (Equiquinau) e Laiana, constam mencionados como Guaná e Chané. Este é o motivo pelo qual são citados na literatura etnológica e etno-histórica como Guaná-Chané (*Guaná-Txané*). Trata-se de um apelativo genérico cunhado em contextos colonialistas para nominar vários povos indígenas com características linguísticas e socioculturais em comum (OBERG, 1948, 1953; ALTENFELDER SILVA, 1949, 1976; MÉTRAUX, 1942, 1944, 1963; SUSNIK, 1978, 1994, 1995; CARVALHO, 1992, 2001). Esta situação denota, dentre outras coisas, as dificuldades dos conquistadores ibéricos e seus sucessores euroamericanos em perceber as diferentes etnicidades indígenas e, por conseguinte, as particulares historicidades inerentes a cada uma delas.

Do ponto de vista da arqueologia, muito pouco se conhece sobre a história indígena pré-cabraliana dos antigos Guaná-Chané, tampouco dos atuais Terena. Sabe-se, contudo, que prováveis grupos linguisticamente aruák, como os antigos Xaray dos séculos XVI, XVII e XVIII, possam ter sido portadores da tecnologia ceramista conhecida como *tradição Descalvados*. Este padrão tecnológico está relacionado a um tipo particular de cultura material e tem sido encontrado na região pantaneira de Cáceres, em Mato Grosso. Sua cronologia situa-se entre o início da Era Cristã e o século XVIII (EREMITES DE OLIVEIRA, VIANA, 2000; EREMITES DE OLIVEIRA, 2009; MIGLIACCIO, 2000, 2006). Esta consideração não implica em nenhum tipo de analogia direta entre o passado arqueológico e o presente etnográfico. Serve apenas para apontar uma hipótese acerca da profundidade temporal de possíveis povos linguisticamente aruák no Pantanal, região situada no interior da bacia do alto curso do rio Paraguai.

Mais recentemente, Bespalez (2009) analisou material cerâmico da tradição Pantanal encontrado na aldeia Lalima, em Miranda, cuja cronologia no Pantanal está situada *grosso modo* entre 3.000 anos atrás e o período colonial. Todavia, em princípio esta cerâmica não tem vinculação com os atuais Terena que ali vivem.

Nos séculos XVI e XVII, vários grupos identificados como Guaná-Chané estavam estabelecidos na bacia do alto Paraguai, tanto no lado ocidental, denominado Chaco, quanto na parte oriental, historicamente conhecida como Pantanal, desde o século XVIII. Por conta da pressão exercida pelos conquistadores espanhóis, que promoviam expedições de conquista desde Assunção, fundada em 1537, rumo à porção setentrional da região, esses povos indígenas sofreram abruptos processos de desterritorialização. Nesse período também houve tentativas de evangelizá-los em missões jesuíticas fundadas na região pantaneira do Itatim, como é o caso da Redução de Nossa Senhora da Fé (*Nuestra Señora de La Fe*) (MACHADO DE SOUZA, 2004).

Por conta da situação de contato verificada nos dois primeiros séculos da Conquista Ibérica da região platina, os Guaná-Chané passaram a estabelecer a maioria de seus assentamentos na parte oriental da bacia do alto rio Paraguai, em terras pantaneiras posteriormente incorporadas à América Portuguesa e hoje em dia pertencentes ao Brasil. Para isso aliaram-se a portugueses e luso-brasileiros que passaram a ter presença mais frequente na região a partir da descoberta de jazidas aluviais de ouro no vale dos

rios Coxipó e Cuiabá, em Mato Grosso, o que se deu na década de 1710, bem como estabeleceram complexas relações de aliança com os antigos Mbayá-Guaikuru (SCHUCH, 1995; FERREIRA, 2007).

Desde a segunda metade do século XVIII, quando Portugal assegurou a incorporação de grande parte da região aos seus domínios, os Guaná-Chané ficaram conhecidos como povos agricultores estabelecidos em grandes aldeamentos localizados nas proximidades de fortificações militares e povoados luso-brasileiros. Exemplo disso são os aldeamentos existentes nas circunvizinhas do povoado de Albuquerque e do Forte de Coimbra, em Corumbá, e do Presídio de Miranda, no município homônimo, no atual estado de Mato Grosso do Sul. Nesses locais muitas comunidades estabeleceram relações comerciais e alianças políticas com o Exército. Algumas delas foram reunidas para o trabalho de evangelização em missões capuchinhas, como aconteceu nas missões de Nossa Senhora do Bom Conselho e Nossa Senhora da Misericórdia (ALMEIDA SERRA, 1844, 1866; D'ALINCOURT, 1857; MELLO, 1958; SGANZERLA, 1992; SCHUCH, 1995, 1998; CRISTINA DA SILVA, 2001; PEIXOTO, SCHMITZ, 1998).

Desde aqueles tempos suas aldeias foram localizadas no *Êxiva*, denominação terena para regiões conhecidas atualmente como Chaco e Pantanal, sendo a primeira comumente confundida com o atual Chaco paraguaio, isto é, com a área que pertence à República do Paraguai, parte do antigo Paraguai católico citado por Sanchez Labrador (1910) em 1767. Ocorre que os limites geográficos entre esses dois biomas não são tão claros como sugerido na literatura etnológica e etno-histórica produzida ao longo do século XX (MÉTRAUX, 1942, 1944, 1963; OBERG, 1948, 1953; ALTENFELDER SILVA, 1949, 1976; CARDOSO DE OLIVEIRA, 1968, 1976a, 1976b, 2002; BALDUS, 1979a, 1979b; CARVALHO, 1992). Esta literatura marcou profundamente os estudos sobre os Terena, principalmente por conta do interesse pela temática da aculturação indígena, paradigma posteriormente refutado na antropologia brasileira e mundial face aos aportes trazidos pela teoria da etnicidade, inicialmente desenvolvida por Fredrik Barth (1996 [1969], 2000) (FERREIRA, 2002; 2007).

Isto porque a palavra Chaco é de origem quéchua (*chaku*) e significa algo como lugar ou território de caça (WILLEY, 1971). Foi empregada pelos conquistadores europeus do período colonial e ainda hoje é usada pelos paraguaios para nominar, também, parte do que é o Pantanal em Mato Grosso do Sul, como é o caso da área contida no município sul-mato-grossense de Porto Murtinho. Já o termo Pantanal, por seu turno, foi originalmente cunhado pelos luso-brasileiros na primeira metade do século XVIII. Etimologicamente o vocábulo é a junção de *pântano* + *al* e literalmente significa um coletivo de pântanos. Entretanto, aquela região não é um imenso pântano, mas uma grande planície de inundação, a maior área úmida contínua do globo. Na verdade, parte do Pantanal existente no Brasil é uma espécie de Chaco úmido sazonalmente inundado. Por este motivo na fronteira do Brasil com o Paraguai as duas expressões são largamente usadas para se referir a uma mesma região. Logo, não se pode valer das atuais fronteiras político-territoriais dos estados-nações platinos como se elas correspondessem aos limi-

tes naturais desses biomas, tampouco a antigos territórios indígenas, sob pena de incorrer em anacronismo (EREMITES DE OLIVEIRA, 2002, 2003, 2004; XIMENES, 2011). Exemplo disso é supor que os Terena, assim como os demais povos identificados como Guaná-Chané, seriam originários do Chaco paraguaio – onde estaria situado o *Êxiva* – e dali teriam se deslocado para o atual território brasileiro em tempos mais recentes, sobremaneira a partir da segunda metade do século XVIII.

Outra ideia difundida a partir de relatos publicados nos séculos XVIII e XIX, como os de Almeida Serra (1844; 1866), D'Alincourt (1857), Florence (1977 [1875]) e Taunay (1940), e até certo ponto acriticamente incorporada a muitos estudos etnológicos e etno-históricos, refere-se ao fato de os Terena viverem apenas em grandes aldeias. Este equívoco baseia-se em uma analogia com as aldeias de povos linguisticamente aruák estabelecidos em áreas amazônicas, como às existentes no alto rio Xingu e analisadas na obra organizada por Franchetto e Heckenberger (2001) (BITTENCOURT; LADEIRA, 2000). Os estudos realizados em 2003, precisamente na área reivindicada para a ampliação dos limites da T.I. Buriti, atestaram que naquela área havia, ao menos desde a década de 1850, pequenas unidades de ocupação compostas por famílias extensas (EREMITES DE OLIVEIRA, PEREIRA, 2003, 2007; PEREIRA, 2009). Essas áreas são chamadas pelos Terena da região como *aldeias*, categoria nativa que reconhece outras formas organizacionais não citadas em fontes textuais produzidas nos séculos XVIII, XIX e XX, tampouco descritas etnograficamente em estudos etnológicos mais recentes. Sobre o assunto, faz-se necessário apresentar uma explicação contida em uma publicação anterior:

Eles geralmente se referem à ideia de 'aldeia' como o lugar ocupado por um ou mais 'troncos familiares'. Muitas vezes indivíduos de um mesmo 'tronco' [lideranças mais velhas de uma família extensa, geralmente um ancião] se referem à área de seus antigos assentamentos como sendo uma 'aldeia'. Em verdade todos os 'troncos' sempre estiveram inseridos em uma rede de alianças que de fato constitui, aí sim, uma aldeia em seu sentido mais sociológico. Isso porque uma aldeia pressupõe autonomia em termos matrimonial, religiosa e política, dentre outras coisas, algo que é praticamente impossível de ocorrer dentro de um único 'tronco', haja vista o fato de ele não existir de maneira isolada em relação aos demais 'troncos' estabelecidos na região (EREMITES DE OLIVEIRA; PEREIRA, 2007, p. 9).

Disso resulta a constatação da existência de outros tipos de assentamentos até então desconhecidos para a planície pantaneira e região serrana de Maracaju, onde nem sempre tem sido encontrada a conhecida cerâmica terena, caracterizada pela produção de vasilhas variadas com pintura branca sobre vermelho.

Durante quase todo o século XIX, o grande território guaná-chané, incluindo aqui o terena, abrangia parte da planície pantaneira e da Serra de Maracaju, no sul da antiga Província de Mato Grosso, atual Mato Grosso do Sul. No entanto, na segunda metade desse século houve um evento histórico significativo que se configurou como um divisor de águas em sua história: a guerra entre o Paraguai e a Tríplice Aliança

(1864-1870), conhecida na historiografia brasileira como *Guerra do Paraguai*, e na paraguaia como *Guerra del 70*, *Guerra de La Triple Alianza* e *Grande Guerra*. Durante os três primeiros anos do conflito bélico platino, os índios protagonizaram várias ações em defesa de seus territórios étnicos e do território nacional contra os invasores paraguaios. Isso foi o que fizeram os Kinikinau sob a liderança do jovem *capitão* Pakalalá, quando fizeram os primeiros combates armados contra as tropas de Solano Lopes (BITTENCOURT; LADEIRA, 2000). As armas de fogo por eles usadas nas batalhas foram as que os militares brasileiros deixaram em Miranda, após terem abandonado seus postos em dezembro de 1864 e se refugiado na Serra de Maracaju. Nas palavras de Taunay (1940, p. 37), principal cronista da guerra: “Dentro em breve nos morros se concentravam todos os dispersos da zona de Miranda [*índios e não-índios*]. Em fins de 1865, ali se achavam em lugar seguro, onde o inimigo não se aventura a aparecer”.

Depois disso, entre 1865 e 1866, quando tropas do Exército Brasileiro ali chegaram para combater os invasores paraguaios, os Kinikinau, Terena, Laiana e Echoaladi, bem como os Kadiwéu e Guató, também participaram do conflito bélico como soldados, guias e fornecedores de alimentos às tropas imperiais, conforme igualmente consta em relatos produzidos na época (EREMITES DE OLIVEIRA; PEREIRA, 2003, 2007).

A invasão paraguaia ao sul da Província de Mato Grosso, que durou de dezembro de 1864 a junho de 1867, também causou uma espécie de diáspora a muitas famílias terena e kinikinau, dentre outras etnias, assentadas em missões religiosas e aldeamentos próximos a estabelecimentos militares. Este evento explica o fato de muitas delas terem deixado a região de Corumbá, então sob domínio paraguaio, e procurado refúgio em outras áreas mais seguras, onde havia outras aldeias guaná-chané, como é o caso da sub-bacia do rio Miranda.

Um desses lugares foi a própria Serra de Maracaju, onde existiam pequenas *aldeias* kinikinau e terena, mas que, até então, não haviam sido percebidas pelo Estado Brasileiro porque não eram aldeamentos oficiais ou grandes aldeias. O relevo montanhoso da região, cujos rios e córregos de sua porção ocidental correm em direção ao Pantanal, serviu “estrategicamente como espaço de refúgio seguro para a população em fuga das grandes aldeias, atacadas pelas tropas paraguaias”, as quais ali passaram a constituir uma grande rede de relações sociais (EREMITES DE OLIVEIRA; PEREIRA, 2007, p. 14). Gradualmente, as famílias que permaneceram na região, inclusive com o findar da guerra, a exemplo das que ficaram na microbacia do córrego Buriti, passaram a redefinir as redes de alianças, “uma vez que contraíram novos vínculos entre si e com as famílias que lá estavam estabelecidas antes delas” (EREMITES DE OLIVEIRA; PEREIRA, 2007, p. 16). Disso resultou no aumento de pequenos assentamentos indígenas às margens de córregos que nascem na região serrana de Maracaju e correm rumo a rios do Pantanal.

No entanto, após o término da guerra, os Terena e outros grupos linguisticamente aruák, tanto os que permaneceram na região serrana de Maracaju quanto os que retornaram para o Pantanal, passaram a sofrer um abrupto processo de desterritorialização.

zação por conta do avanço das frentes de expansão da sociedade nacional. O processo de desterritorialização, também perpetrado através do emprego da violência, acentuou-se logo após o advento da República, em 1889, quando o governo central transferiu terras públicas não tituladas para o governo do estado de Mato Grosso. Grande parte dessas terras correspondia a territórios indígenas. Mesmo assim, centenas de milhares de hectares do território terena foram oficialmente declaradas como terras devolutas e, em desrespeito à Lei de Terras de 1850, tituladas a favor de terceiros (COUTINHO JR., 2000; AZANHA, 2001, 2004).

A partir desse momento, muitas famílias terena e de outros povos identificados como Guaná-Chané, após serem expulsas de seus territórios, passaram a viver uma situação conhecida historiografia e na literatura etnológica como *cativeiro* ou *camaradagem*. Esta situação consistia na exploração excessiva da mão-de-obra indígena, feita por fazendeiros pecuaristas, aos moldes do que se conhece atualmente como trabalho escravo. A diferença básica em relação à escravidão de negros e indígenas no Brasil colonial reside no fato de que no *cativeiro* ou *camaradagem* os índios não eram considerados um bem particular que pudesse ser comercializado livremente. O cativeiro tem a ver com a ausência da liberdade de ir e vir em seu próprio território, pois muitas famílias indígenas estavam presas a fazendeiros por dívidas contraídas através do *sistema de barracão*. Trata-se da comercialização, em barracões construídos nas fazendas de criação de gado, de quase tudo o quanto os índios consumiam: alimentação, vestuário e até mesmo ferramentas de trabalho, dentre outros produtos. Como os preços aplicados eram exorbitantes, quase sempre não recebiam nenhum dinheiro pelos trabalhos realizados. Portanto, a cada mês aumentavam as dívidas contraídas a ponto não terem mais como pagá-las. Por isso permaneciam presos aos pecuaristas. Esses índios eram chamados de *camaradas* por dívidas, os *cativos* das fazendas. Caso tentassem fugir e fossem capturados, eram trazidos a força e castigados fisicamente para servir de exemplo a outras pessoas que intentassem seguir o exemplo. Ainda assim, paradoxalmente, esta situação favoreceu a continuidade do vínculo que os Terena tinham com seus territórios tradicionais desde tempo imemoriais (EREMITES DE OLIVEIRA; PEREIRA, 2003, 2007).

Mas nem toda a população terena passou pela situação de *cativeiro* ou *camaradagem*. Muitas famílias continuaram a viver em seus territórios tradicionais sem grande infortuno, embora grande parte dessas áreas tivesse se transformado em propriedade privada. Ocorre que apesar de muitos fazendeiros terem títulos de propriedade de vastas extensões de terra, a maioria ainda não tinha tomado posse das mesmas e muitas famílias indígenas ali conseguiam viver sem serem expulsas ou terem de se submeter à condição de *camaradagem*. No caso da microbacia do córrego Buriti, onde está situada a T.I. Buriti, grande parte da área somente foi transformada em fazendas destinadas à criação de bovinos a partir das décadas de 1930, 1940 e 1950. Até os anos 1930 havia muitos assentamentos indígenas na região, a maioria terena e kinikinau, embora na memória dos anciões de Buriti esteja registrada a presença de indivíduos por eles identificados como *Guarani* (Kaiowa?), *Guaikuru* (Kadiwéu?) e *Xavante* (Ofaié?). E mesmo

depois da chegada de alguns fazendeiros, houve famílias que preferiam permanecer no lugar como trabalhadores braçais a ter de deixar o território onde viviam desde muito tempo. Esta foi uma estratégia de resistência que posteriormente se mostrou bem sucedida para reivindicação de direitos territoriais a partir da década de 1990.

Ainda no século XX, com a criação em 1910 do *Serviço de Proteção aos Índios e Localização de Trabalhadores Nacionais* (SPILT), posteriormente rebatizado de *Serviço de Proteção aos Índios* (SPI), deu-se início a uma política oficial que conjugava a desterritorialização de comunidades indígenas com a tentativa de assimilá-las à sociedade nacional. Na Serra de Maracaju, em particular, a desterritorialização dos Terena e sua transferência para os 2.090 hectares que originalmente constituíam a T.I. Buriti, criada na década de 1920, ocorreu como forma de acomodar, em um mesmo espaço, dezenas de famílias indígenas que viviam na região. Dessa maneira foi feita a liberação de grande parte do território terena na região para dar espaço a fazendas de gado, o que os forçou a adaptar seu modo de vida a uma realidade espacial que não correspondia ao seu território tradicional original.

Da primeira metade do século XX até o início do século XXI, foram reservadas oito áreas aos Terena e outros grupos linguisticamente aruák em Mato Grosso do Sul: Taunay/Ipegue (6.461 ha), Cachoeirinha (2.568 ha), Buriti (2.090 ha), Nioaque (3.029 ha), Lalima (3.100 ha), Limão Verde (1.973 ha), Pilad Rebuá (208 ha) e Buritzinho ou Tereré (10 ha) (AZANHA, 2001). Essas reservas se transformaram em pequenos espaços descontínuos dentro de um grande e contínuo território indígena que existiu em um passado não muito distante. Como nessas áreas os Terena se constituíram no grupo demográfico e politicamente majoritário – e considerando as alianças matrimoniais interétnicas contraídas ao longo de várias gerações –, atualmente grande parte da população se identifica à exterioridade como Terena. No entanto, como pontuou Azanha (2004), ainda hoje os índios mais velhos reconhecem os termos Etenoé, Echoaladi, Kinikinau e Laiana. Por isso, quando questionados, se distinguem em descendentes deste ou daquele grupo.

A intenção do Estado Brasileiro, por meio do SPI, era transformar os índios em trabalhadores nacionais. Esta foi a política oficial de fazer com que os diversos povos indígenas perdessem sua indianidade e fossem incorporados à “comunhão nacional”, conforme consta na Lei nº. 6.001, de 1973, mais conhecida como *Estatuto do Índio*. Neste contexto, os Terena foram considerados como um modelo de índios agricultores e por isso muitas famílias foram levadas de suas comunidades para reservas indígenas localizadas em outras partes do país, como no estado de São Paulo, para lá “ensinarem” outros povos a viverem tal qual idealizava o órgão indigenista oficial. Apesar disso tudo, os Terena não perderam sua identidade étnica, tampouco foram assimilados pela sociedade nacional.

No caso da T.I. Buriti, os Terena insistem em reivindicar uma parte maior de seu território na microbacia do córrego Buriti. Desta reivindicação resultou um movimento indígena gradualmente mais forte a pressionar e a reivindicar direitos territoriais junto ao Estado Brasileiro e à sociedade nacional em geral.

Com o fim do regime militar (1964-1985) e a retomada do processo de (re) democratização do país, os Terena e demais povos indígenas no Brasil conquistaram direitos significativos com a promulgação, em 1988, da atual Constituição Federal. Por isso, no início do século XXI a Fundação Nacional do Índio (Funai), criada em 1967 após a extinção do SPI, finalmente constituiu um Grupo Técnico (GT), coordenado pelo antropólogo Gilberto Azanha (2001), para realizar estudos com vistas à ampliação dos limites da T.I. Buriti, em conformidade com o Decreto nº. 1.775 e a Portaria MJ nº. 14, ambos de 1996. O relatório final apontou uma área bem maior que os 2.090 hectares então reservados aos índios na década de 1920, sendo proposta sua ampliação para 17.200 hectares, conforme consta no quadro a seguir.

Quadro 1: Coordenadas dos extremos da área de ampliação da T.I. Buriti

EXTREMO	LATITUDE SUL	LONGITUDE OESTE
Norte	20°47'58"	55°09'05"
Leste	20°57'40"	55°06'17"
Sul	20°59'39"	55°11'30"
Oeste	20°59'16"	55°13'34"

Fonte: Eremites de Oliveira e Pereira (2003).

Nota: Base Cartográfica SF.21-X-B-IV, DSG, 1972.

Após a publicação do relatório circunstanciado sobre a ampliação de limites da T.I. Buriti (AZANHA, 2001), ocorrido no Diário Oficial da União em 09/08/2001, os fazendeiros e alguns pequenos produtores rurais da região ingressaram na Justiça Federal contra a União e a Funai. A partir desse momento, o que até então era um processo administrativo interno à Funai, passou a ser um processo judicial em que a área reivindicada pelos Terena tornou-se objeto de questionamento e litígio no judiciário. Em 2003, o juiz federal Odilon de Oliveira, à época responsável pelo processo que tramitava na 1ª Subseção Judiciária de Campo Grande, nomeou a mim e ao antropólogo Levi Marques Pereira para realizarmos uma perícia judicial, de natureza antropológica, arqueológica e histórica, com a finalidade de dirimir dúvidas e auxiliar o magistrado na tomada de decisão. Em linhas gerais, o objetivo do trabalho era saber se a área indicada nos estudos produzidos para o órgão indigenista oficial era ou não terra tradicionalmente ocupada por comunidade indígena, segundo determina o Art. 231, § 1º, da Constituição Federal de 1988.

A perícia foi realizada nos três últimos meses de 2003 e resultou em um estudo de 334 páginas e alguns documentos anexos, no qual consta uma gama considerável de dados etnográficos, arqueológicos e etno-históricos registrados durante os trabalhos de campo. Nele há a ratificação da conclusão dos trabalhos coordenados por Azanha (2001), porém com a ressalva de que a área de ocupação tradicional dos Terena de Buriti excede os 17.200 hectares apontados no relatório da Funai. Parte dos dados etnográficos

ficos obtidos durante a perícia foi analisada e ampliada para a recente publicação de um livro escrito por Pereira (2009) e da dissertação de mestrado de Ximenes (2011). Dessa perícia resultou ainda a publicação de um artigo com uma síntese de parte dos resultados do laudo judicial (EREMITES DE OLIVEIRA; PEREIRA, 2007), o qual tem estimulado à realização de novos estudos por parte de etno-historiadores, antropólogos e outros cientistas sociais. Mas grande parte desses dados ainda não foi devidamente analisada à luz de uma perspectiva que conjugue etnoarqueologia e antropologia histórica, em especial da maneira como esta última tem sido abordada por Pacheco de Oliveira (1987; 1988a; 1988b; 1999; 2004; 2006), além de outros autores, como Salomon et al. (2005). Daí a motivação para o desenvolvimento do trabalho ora apresentado.

COMPREENDENDO O SISTEMA DE ASSENTAMENTO E O PROCESSO DE TERRITORIALIZAÇÃO

No que se refere aos procedimentos metodológicos adotados para o presente estudo, foi feito o levantamento *in loco* de antigos assentamentos terena e locais adjacentes, como cemitérios, pinguelas usadas para transpor córregos, lugares de festas religiosas etc., os quais correspondem a sítios arqueológicos. Todos os lugares foram georreferenciados com auxílio de aparelho GPS e constam indicados por números no mapa que a Funai produziu sobre os 17.200 hectares correspondentes à área de ampliação da T.I. Buriti. Também foram fotografados e descritos, inclusive a partir da interlocução com indígenas que viveram na área e acompanharam os trabalhos de campo. Nesses locais procedeu-se a coleta de evidências da cultura material encontrada na superfície dos terrenos, sendo as mesmas igualmente interpretadas pelos próprios Terena. Tudo isso foi feito à luz da etnoarqueologia e a partir de uma perspectiva voltada para o diálogo com a antropologia histórica.

Cada um desses lugares faz parte da memória social coletiva dos Terena de Buriti e está associado a uma historicidade particular, a das famílias que interagem com aquela área e ali construíram vínculos de tradicionalidade com o território. Compreender essas duas questões é o que dá sentido aos sítios arqueológicos levantados, além de assegurar uma interpretação etnoarqueológica das evidências materiais ali encontradas. Sem considerar esta questão, tudo o mais perderá sentido do ponto de vista arqueológico.

Para a realização de um trabalho deste tipo, o arqueólogo tem de ter familiaridade com o método etnográfico, também conhecido como observação participante, que consiste na observação direta da vida social e da cultura de grupos humanos. Embora tenha sido desenvolvido a partir do século XIX, sua consagração na prática antropológica se deu com a publicação, em 1922, dos *Argonautas do Pacífico Ocidental*, de Malinowski (1984). Na opinião de Cardoso de Oliveira (2000), a pesquisa etnográfica consiste em três procedimentos básicos: “olhar”, “ouvir” e “escrever”. O *olhar* e o *ouvir* fazem parte da primeira etapa dos trabalhos antropológicos, a realizada em campo, isto é, o registro etnográfico de dados empiricamente observáveis. Mas para isso não basta

“estar lá”. É preciso conhecer teorias antropológicas e etnografias produzidas anteriormente, algo que muitas vezes falta na arqueologia brasileira. O *escrever*, por seu turno, constitui a segunda etapa das pesquisas, a interpretação etnológica, quer dizer, a análise teórica dos dados etnográficos obtidos durante a observação do grupo estudado.

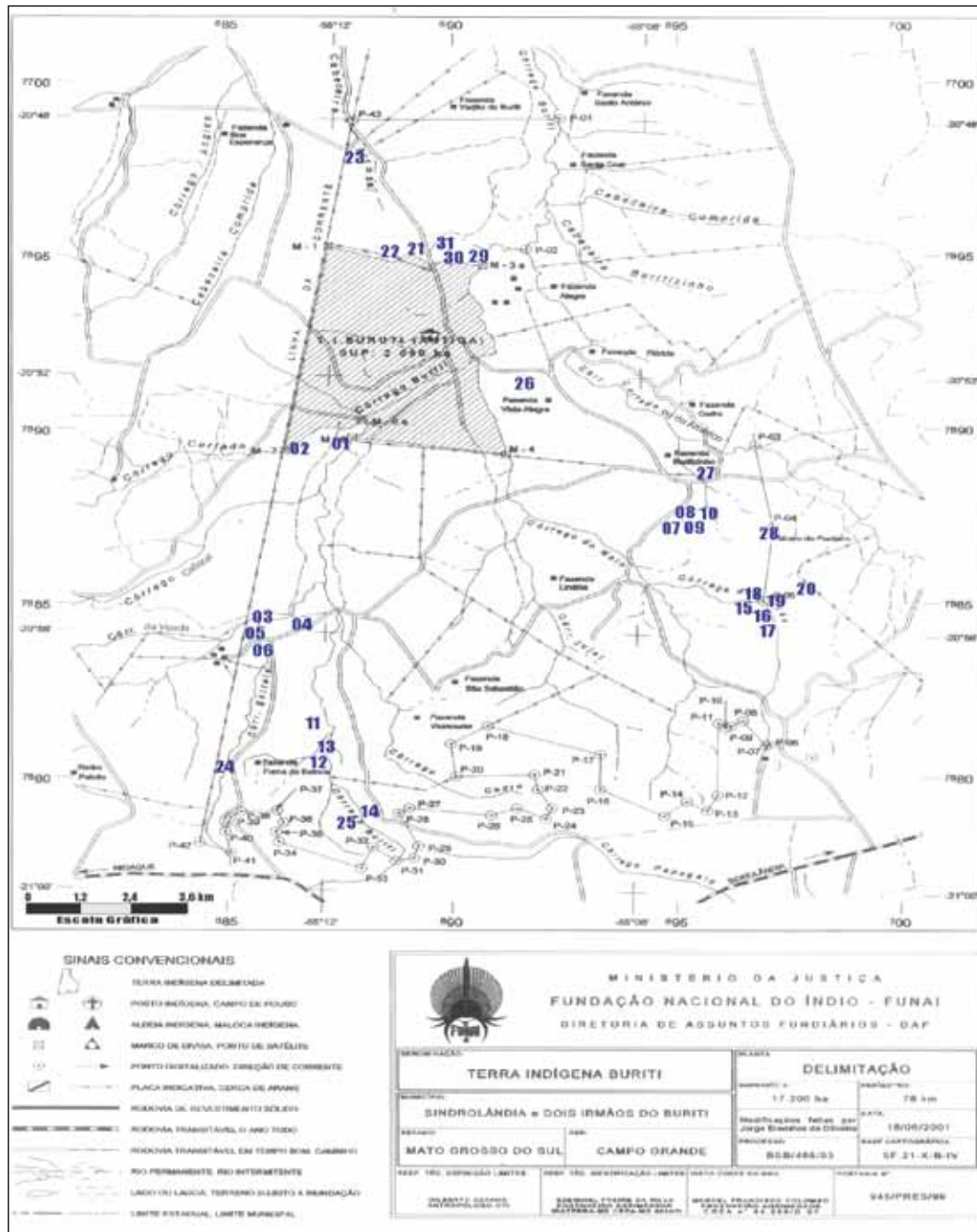


Figura 2: Área de estudo com a plotação dos lugares averiguados *in loco* em 2003

No entanto, não se deve confundir a *observação participante* aqui mencionada como sinônimo de etnografia densa. Um método assim exigiria mais tempo de convivência com os Terena, o que seria operacionalmente inviável para a ocasião. Por isso, mais se parece com uma *etnografia a jato*, tal qual analisada por Ribeiro (2010, p. 87),

quer dizer “etnografias mais focais, com roteiros mais estruturados, uso de informantes-chave”, o que “exige bastante experiência etnográfica”. Em minha opinião, pode-se produzir etnografia em contextos periciais marcados pela mobilização de comunidades tradicionais em defesa de seus direitos. Em situações assim os interlocutores indígenas normalmente se empenham para o pesquisador ter acesso a informações que contribuam para o sucesso de seu estudo. Quando isso ocorre, cabe a ele ter a sensibilidade e a capacidade de eleger os métodos mais apropriados para apreender o sentido e os princípios ligados à organização social e à cosmologia que orientam essa mobilização.

Além disso, o método genealógico foi outro procedimento científico recorrido durante as pesquisas de campo. Trata-se igualmente de um recurso metodológico muitíssimo utilizado em estudos sobre grupos étnicos. Foi primeiramente sistematizado na década de 1910 por Rivers (1975, 1991), ainda que anteriormente a ele Morgan (1980 [1877]), tenha realizado estudos sobre o sistema de parentesco dos Iroqueses, nos Estados Unidos. Paralelamente foi aplicado o método da história de vida para melhor compreender a história indígena local e a percepção que os Terena têm sobre sua própria trajetória na região, inclusive das alianças políticas constituídas no passado (cf. VANSINA, 1966; TRIGGER, 1978, 1982, 1986; DEBERT, 1983). A história de vida e a memória genealógica permitiram ainda reunir dados a respeito das alianças políticas e conflitos internos entre diversas aldeias e seus líderes.

A aplicação desses métodos também foi feita por meio de entrevistas individuais e/ou coletivas, registradas em gravadores e diários de campo, durante as quais foi apurada e analisada a história de vida de indivíduos adultos, principalmente lideranças indígenas, e a memória genealógica do grupo. Dados como local de nascimento, filiação, grupos de referência, tipos de vínculos com o grupo, grau de compreensão e inserção junto às instituições da sociedade nacional etc., trouxeram importantes subsídios para a compreensão da situação atual da comunidade e suas lideranças. As histórias de vida e a memória genealógica foram controladas por meio de diagramas de parentesco. Neles diversas informações foram sistematicamente cruzadas para dirimir eventuais dúvidas e informações que pudessem denotar contradição ao judiciário, sobretudo no que se refere à cronologia de eventos históricos significativos para o grupo.

Aplicar todos esses procedimentos metodológicos implica, dentre outras coisas, em perseguir deliberadamente a interdisciplinaridade. Até certo ponto sugere a ruptura com certos consensos estabelecidos na arqueologia e na antropologia socio-cultural praticadas no país, em direção ao que Pacheco de Oliveira (2004, p.10) chamou de “quebra de unidade”. Para tanto, deve-se evitar o essencialismo construído ao longo da história da antropologia mundial. Este essencialismo não deixa de ser produto do colonialismo que caracteriza parte da ciência antropológica desenvolvida em países como Alemanha, Estados Unidos, França e Inglaterra (EREMITES DE OLIVEIRA, 2010). Por este motivo muitas vezes possui a característica a-histórica de naturalizar e criar um exotismo sobre as relações sociais e as culturas de povos indígenas. Relações de poder, conflitos políticos e processos históricos marcados pelos

contatos interculturais geralmente não compatibilizam com orientações teóricas que buscam enquadrar dados diversos em modelos interpretativos binários ou evolutivos, cada vez mais criticados mundo afora.

O mesmo essencialismo também tem suas repercussões na arqueologia mundial, em especial no subcampo da etnoarqueologia. Ocorre que desde ao menos a década de 1960, não raramente pesquisas etnoarqueológicas passaram a ser marcadas por uma busca deliberada pela primitividade dos povos indígenas. Esta primitividade estaria materializada, como ocorre na arqueologia processualista, na produção de uma cultura material essencializada pelos arqueólogos, como é o caso de tecnologias líticas e ceramistas associadas a modos de vida próximos aos que teriam existido em tempos pré-coloniais (EREMITES DE OLIVEIRA, 2010). Esses estudos têm sido feitos na perspectiva de produzir analogias históricas entre o presente etnográfico e o passado arqueológico, com vistas à construção de modelos interpretativos para a compreensão do registro arqueológico da “pré-história” da humanidade (JONES, 1997, 2005). Entretanto, quando tais analogias são feitas de maneira direta, como ocorre na associação entre tradições tecnológicas ceramistas e povos indígenas contemporâneos, incorrem em discordância com as discussões em torno da teoria da etnicidade e geram sérias divergências quando envolvem direitos coletivos de povos originários (ver BARTH, 1996, 2000; POUTIGNAT e SMITH-FERNANT, 1998; SANTOS e PACHECO DE OLIVEIRA, 2003; EREMITES DE OLIVEIRA, 2007, 2010).

Fazer uma crítica desse tipo não implica em desprezar o desenvolvimento de técnicas, métodos e teorias recorridos por etnoarqueológicos em todo o mundo, pelo contrário, conforme se pode constatar nos estudos de Binford (1962, 1967, 1973, 1978), Gould (1978), Kramer (1979), David e Kramer (2001), David (2002), González Ruibal (2003), Politis (2007) e muitos outros. A intenção aqui é chamar à atenção para possibilidades da realização de outros estudos, voltados, por exemplo, para a compreensão das atuais realidades sócio-históricas de povos indígenas sul-americanos. No caso, as estratégias adotadas implicaram na incorporação, à prática arqueológica, de reflexões teóricas advindas dos estudos pós-coloniais, especialmente daqueles relevantes à chamada antropologia do colonialismo (GONZÁLEZ CASANOVA, 1963, 2006; ASAD, 1973; FANON, 1968; FABIAN, 1991, 1996, 2001; WILLIAMS, CHRISMAN, 1994; PELS, 1997, 2008; STOCKING JR., 1991; BHABHA, 2003; ASHCROFT *et al.*, 2006; BENZA, 2006; SAID, 2003; SMITH, 2005 etc.).

Esta possibilidade de estudo busca romper com o paradigma da “aculturação” que marca – ainda que subliminarmente – parte do pensamento arqueológico no Brasil, visto o desinteresse de alguns arqueólogos para com povos indígenas que não apresentam, ao menos à primeira vista, muita contrastividade em relação à sociedade nacional.

Em linha gerais, e de maneira muito resumida, constatou-se que os antigos locais de ocupação tradicional dos Terena na região de Buriti, cronologicamente situados entre 1850 e 1950, faziam parte de um sistema de assentamento que pode ser compreendido a partir de cinco características básicas. Primeira, a implantação de assentamentos às margens dos

principais córregos existentes no território, geralmente a menos de 100m de distância dos cursos d'água permanentes formadores da microbacia hidrográfica do córrego Buriti (córregos Buriti, Cedro, da Veada, do Meio etc.). Segunda, a ocupação de locais com solo fértil, preferencialmente latossolos profundos, bem drenados e bastante favoráveis à agricultura. Terceira, a exploração de diversos recursos naturais por meio de atividades de subsistência como caça, pesca, coleta, agricultura e manejo agroflorestal, como o feito com palmeiras da espécie babaçu (*Orbignya oleifera*). Isso tradicionalmente ocorria em matas ciliares, cerradões e matas da encosta da Serra de Maracaju, às vezes através de uma mobilidade espacial superior a uma légua de distância em relação a suas habitações centrais. Quarta, o estabelecimento de residências diretamente relacionadas a uma organização sócio-espacial particular, que remete a um sistema de predominância da patrilocidade associada a troncos familiares fundadores de unidades de ocupação, as aldeias, cada qual a sepultar seus mortos em cemitérios existentes nas proximidades dos assentamentos. Quinta, a existência de uma rede de relações sociais entre os troncos, elemento importante para a manutenção da unidade étnica, da prática da reciprocidade e como estratégia de territorialidade, também evidenciada por pinguelas e antigos caminhos encontrados na área.

Por conta da história traumática relacionada ao esbulho das famílias estabelecidas nesses assentamentos, ocorrido ao longo da primeira metade do século XX, através de ações perpetradas por agentes do Estado e representantes das frentes de expansão da sociedade nacional, os Terena foram acomodados em uma área de 2.090 hectares a eles reservada inicialmente. Ali tiveram de se adaptar a um particular contexto sócio-político-administrativo, marcado por um processo civilizador imposto pelo SPI e pela intensificação dos contatos com os não-índios, por eles chamados de *purutuya*. Uma das marcas traumáticas desse processo foi a proibição do uso da língua nativa nas escolas formais estabelecidas na reserva, onde crianças indígenas passaram a estudar segundo regras sociais distintas das praticadas no grupo.

Além disso, naquele novo espaço muitas famílias tiveram de estabelecer seus assentamentos em pontos distantes dos córregos e lugares com solos mais férteis e favoráveis à agricultura. Esta situação provocou uma radical mudança no sistema de assentamento então existente na região, consequência de um processo de territorialização. Por isso, gradualmente houve o aumento da dependência de água obtida em poços escavados manualmente e, posteriormente, de poços profundos escavados por máquinas, além de alimentos trazidos de fora da reserva. Tais mudanças tiveram reflexos na cultura material, pois cada vez mais eles se tornaram dependentes de ferramentas e tecnologias obtidas no mundo dos *purutuya*. Além disso, com o desmatamento da região, as habitações tiveram de ser feitas com materiais mais duráveis, como os utilizados em casas de alvenaria, nem sempre disponíveis a todos. Outro reflexo disso foi a diminuição dos recursos ambientais possíveis de serem obtidos por meio de atividades de pesca, caça, coleta e manejo agroflorestal. Isso tudo, acrescido de outros fatores, intensificou a sedentarização e a diferenciação social entre os Terena de Buriti. Exemplo disso é o fato de alguns indivíduos passarem a ser mais preteridos que outros a cargos públicos,

criados para atender demandas oriundas do Estado e da comunidade. Com isso alguns passaram a dispor de recursos financeiros e ter acesso a bens de consumo da sociedade nacional, não raramente em detrimento da diminuição da produção agrícola em suas roças e do aumento da dependência do trabalho assalariado em fazendas de gado e outros empreendimentos instalados na Serra de Maracaju.

Devido ao crescimento da população na reserva, conflitos políticos tenderam a se intensificar na comunidade. Para tanto, a estratégia adotada por lideranças locais foi dividir a população em várias aldeias, sendo Buriti, Água Azul e Córrego do Meio as três primeiras, o que também remete ao conceito que têm sobre *aldeia*. Em uma delas, Buriti, foram criadas *vilas* que correspondem a unidades formadas por famílias extensas e parentelas, cada qual com uma liderança vinculada ao líder maior, o cacique, responsável por representar a aldeia na reivindicação de políticas públicas junto à Funai, Funasa e outras agências do Estado, bem como da sociedade civil organizada, como as ONGs. Essas vilas tendem a ser uma reorganização sócio-espacial de acordo com relações de parentesco, aliança política e reciprocidade ligada a *troncos familiares*. Ao que tudo indica, algumas delas poderão se tornar *aldeias* quando passarem a ter o usufruto exclusivo dos 17.200 hectares reivindicados como área de ampliação.

A seguir constam fotografias e ilustrações dos antigos assentamentos Terena na região de Buriti.



Figura 3: Esteios de aroeira

Nota: três esteios paralelos de aroeira que restaram da antiga tapera de Austrilho da Silva Justino, falecido na primeira metade do século XX. Ele é filho de Antonio da Silva Justino, mais conhecido como Antônio Farinheiro, falecido por volta de 1944, com 90 anos de idade, quem nasceu em fins da década de 1850 às margens do córrego da Veadá ou Seénótiipé, pai de Ambrósio da Silva Justino e avô paterno de Vicente da Silva Jorge, 82 anos, atualmente morador na aldeia Córrego do Meio



Figura 4: Local de antiga farinheira

Nota: local da antiga farinheira de Antônio da Silva Justino, localizada às margens do córrego da Veada, onde foram encontrados artefatos de madeira (aroeira).



Figura 5: Tijolo maciço

Nota: tijolo maciço encontrado na farinheira de Antônio da Silva Justino, produzido em olarias no entorno da área periciada, o que atesta o contato com não-índios da região.

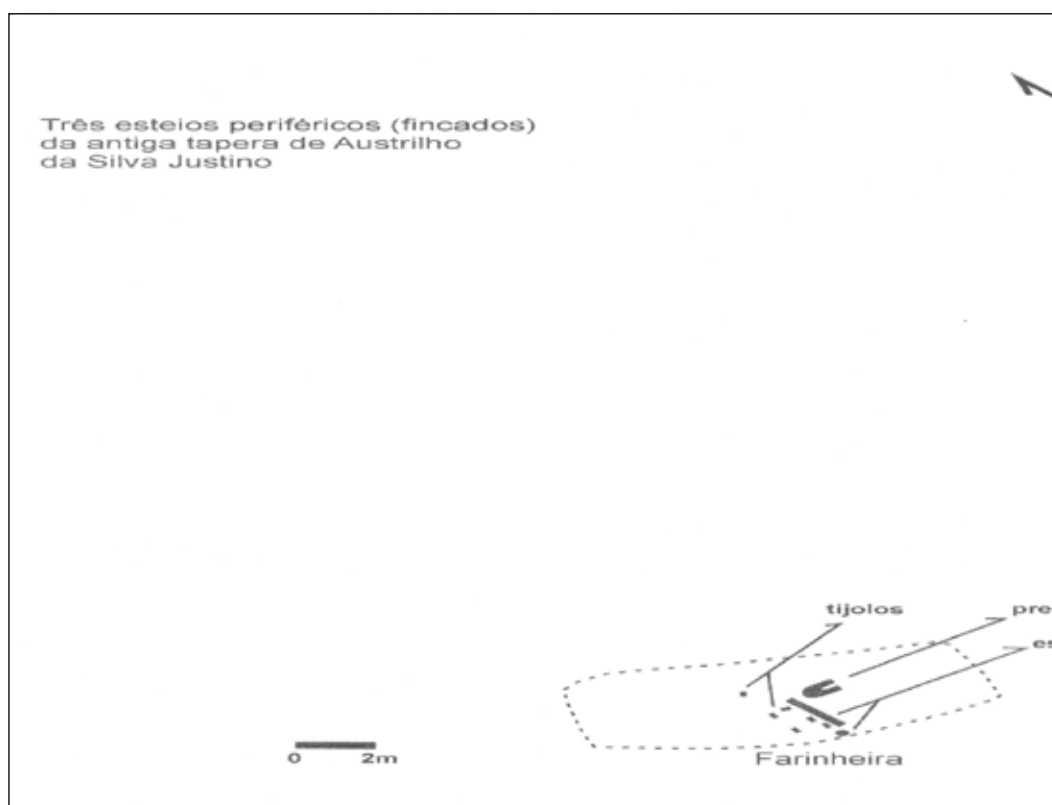


Figura 6: Planta baixa de assentamento

Nota: planta baixa do assentamento de Austrilho da Silva Justino com a localização da farinheira de Antônio da Silva Justino, o Farinheiro.

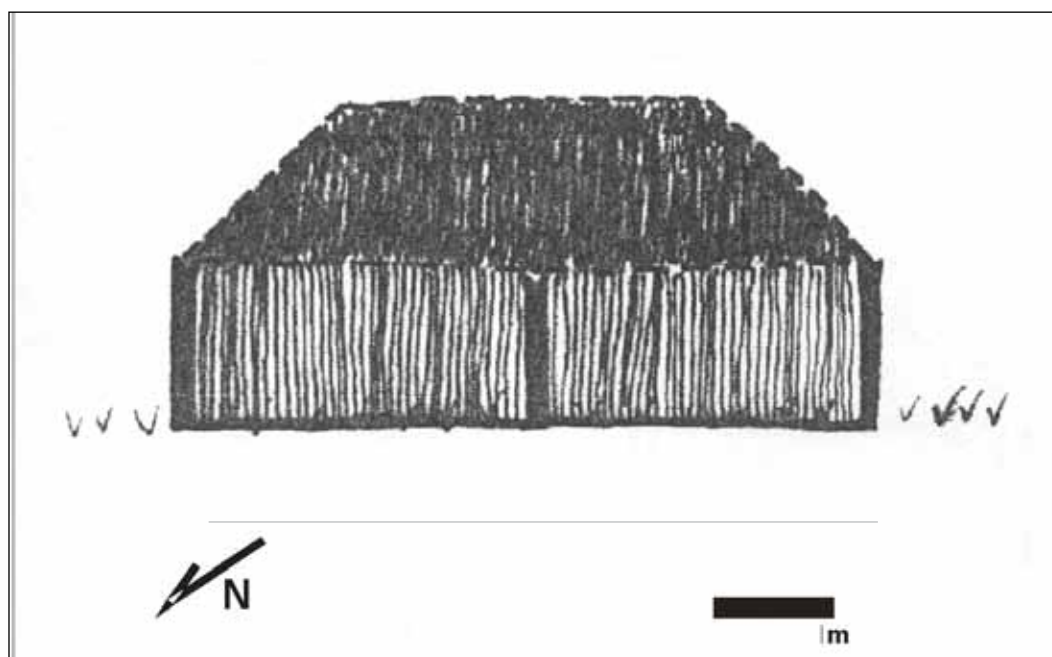


Figura 7: Fachada lateral de habitação

Nota: reconstituição gráfica da fachada lateral da antiga habitação de Antônio da Silva Justino.

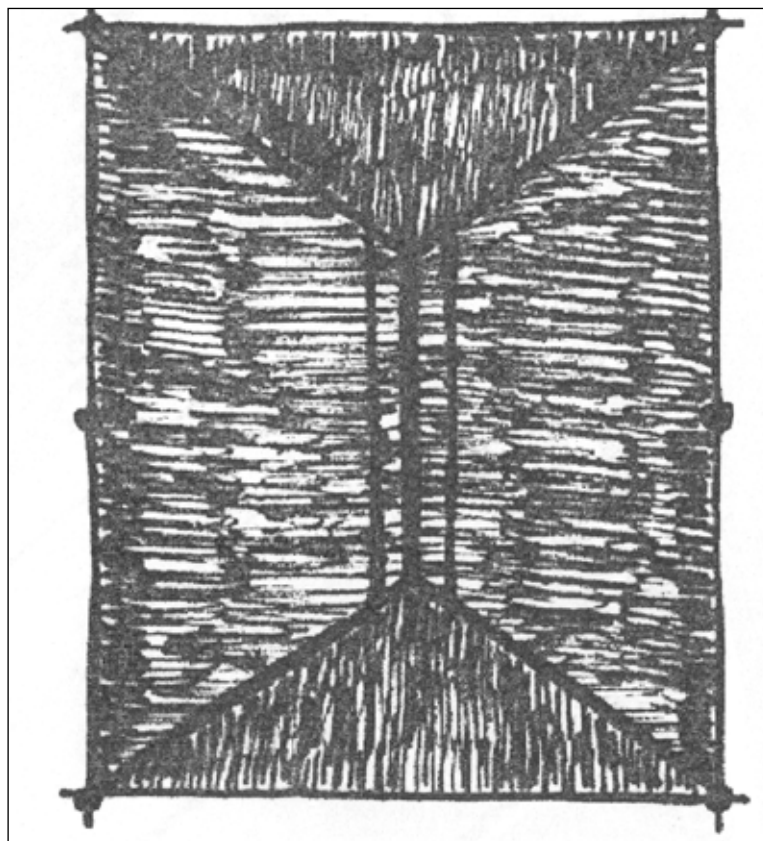


Figura 8: Telhado

Nota: reconstituição gráfica do telhado, na perspectiva de cima para baixo, da antiga habitação de Antônio da Silva Justino.



Figura 9: Construção de casa

Nota: construção da casa de Fidelis Gabriel Mamedis, observada com vistas a reconstituir graficamente a habitação de Antônio da Silva Justino.



Figura 10: Casa terena na T.I. Buriti, semelhante à antiga habitação de Antônio da Silva Justino

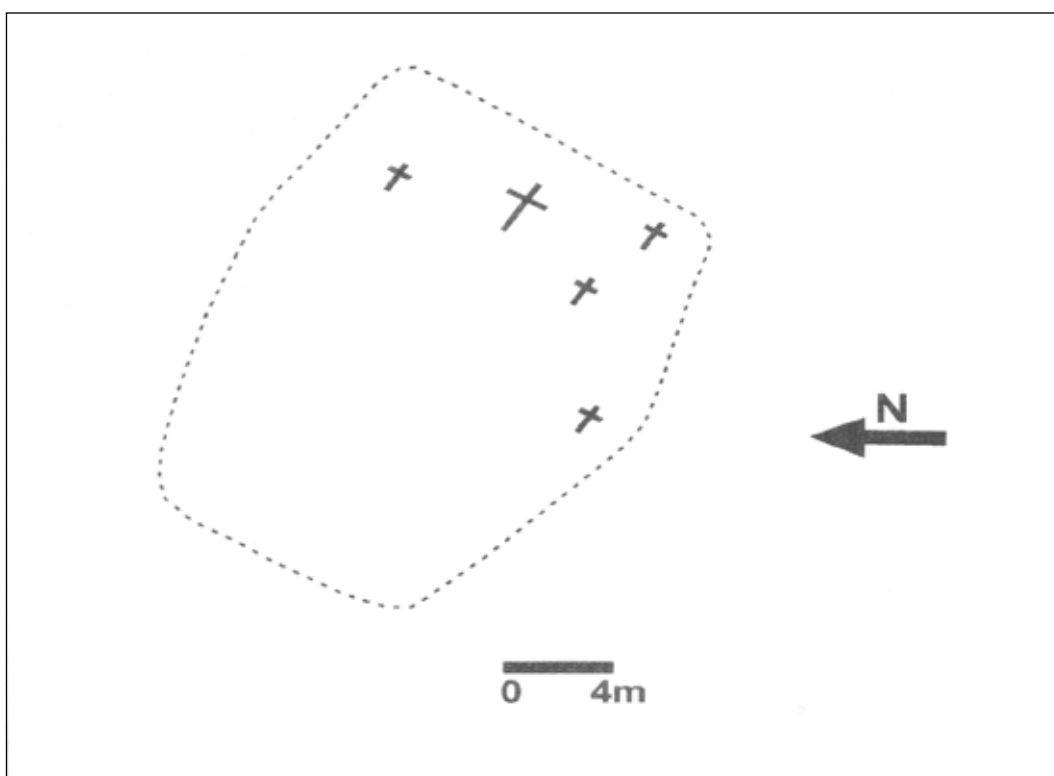


Figura 11: Planta baixa de cemitério

Nota: planta baixa do cemitério da antiga aldeia Invernada com indicação das cinco cruzeiras indicadoras de sepultamentos humanos, sendo que a maior é cruz mestra, local de práticas religiosas como as feitas para chover em tempos de estiagem.



Figura 12: Pontilhão de aroeira

Nota: pontilhão de aroeira existente sobre o córrego Estrela, por onde os Terena passavam por sobre aquele curso d'água



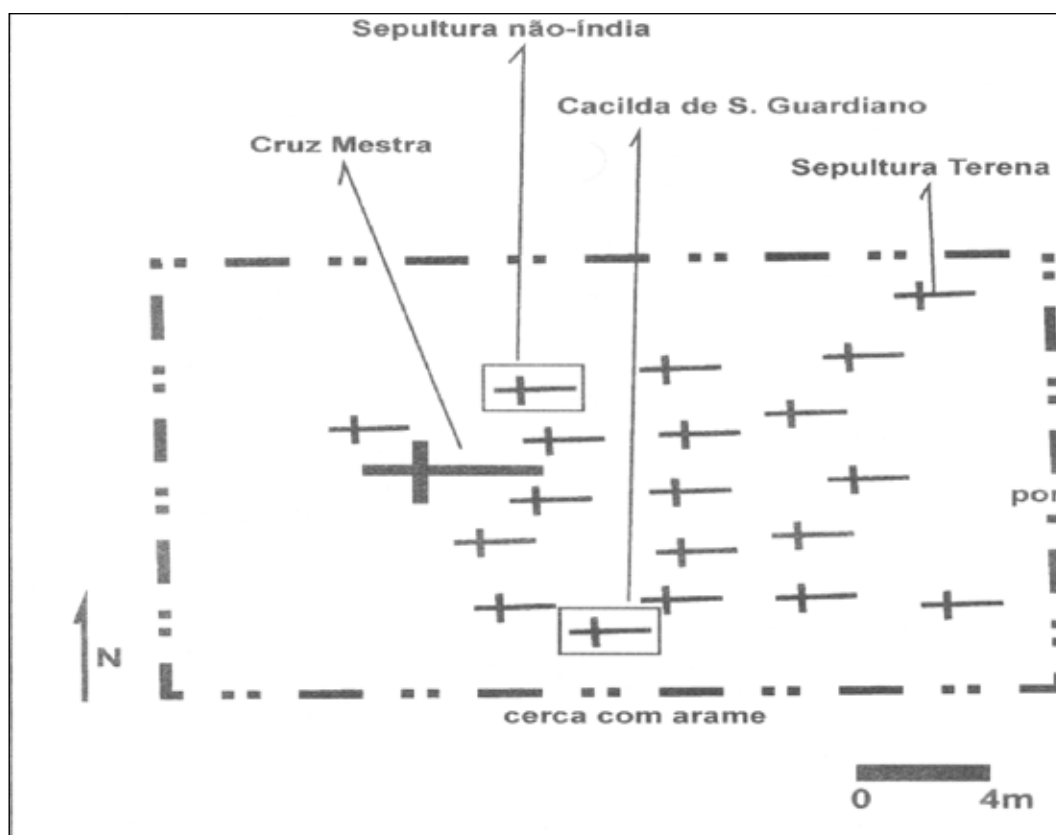
Figura 13: Roda de caititu

Nota: roda de caititu encontrada em antigo assentamento localizado na Furna dos Cabeludos, onde morava a família de Manoel Lemes da Silva, vulgo Fedegoso.



Figura 14: Famílias do Barrerinho

Nota: fotografia tirada em 1937, segundo escrito em seu verso, no momento em que o então delegado do Posto Indígena Buriti, Alexandre Honorato Rodrigues, retirou diversas famílias do Barrerinho/Arrozal, enviando-as para a aldeia Buriti. São dezenas de pessoas que foram obrigadas a deixar aquela área há muito ocupada tradicionalmente. Esta fotografia está exposta em um quadro que pertence à família Figueiredo, residente na aldeia Buriti, defronte à atual sede do Posto Indígena da Funai. Alexandre Honorato Rodrigues é aquele que aparece à frente das demais pessoas, sentado em uma cadeira, em uma pose que demonstra, simbolicamente, o exercício de sua autoridade, outorgada pelo cargo que ocupava no antigo SPI, para interferir diretamente no destino da vida dos indígenas da região.



191 Figura 15: Planta baixa do cemitério localizado nas proximidades do Barro Preto

CONCLUSÃO

Para finalizar o presente artigo, avalio que a crescente complexidade que envolve a produção de laudos antropológicos no Brasil requer o uso de procedimentos teórico-metodológicos conhecidos e reconhecidos na prática da antropologia socio-cultural e campos afins, como a arqueologia. Esta avaliação chama a atenção para a possibilidade de pluralizar ainda mais tradições etnográficas existentes na antropologia brasileira, da qual tratou Pacheco de Oliveira (2004). Poderá ainda promover no âmbito acadêmico a uma (re) aproximação de campos clássicos de uma antropologia percebida de modo holístico. Estudos assim são relevantes para o conhecimento do sistema de assentamento e do processo de territorialização de comunidades tradicionais, como é o caso dos Terena de Buriti, conforme demonstrado neste trabalho.

Em casos assim, a cultura material, as paisagens humanizadas e todo tipo de evidência material da presença humana pretérita devem ser percebidas como a materialidade de relações sociais, as quais estão situadas no tempo e espaço e se desenvolvem no âmbito de dinâmicos sistemas socioculturais particulares.

Experiências desse tipo servem para estimular o desenvolvimento de outras formas de pesquisas etnoarqueológicas no Brasil, principalmente daquelas desvinculadas da busca pela primitividade dos povos indígenas e mais críticas frente à sedução do essencialismo e do exotismo que marcam o desenvolvimento das ciências sociais no Ocidente. Isso porque a etnoarqueologia não deve estar vinculada unicamente à construção de saberes voltados à interpretação do registro arqueológico pré-colonial. Também pode servir para a aplicação de conhecimentos voltados à garantia de direitos de povos e comunidades tradicionais, algo, aliás, que alguns colegas têm feito com brilhantismo nas últimas décadas, embora certas experiências ainda não foram disponibilizadas ao grande público.

SETTLEMENT SYSTEM AND THE PROCESS OF TERRITORIALIZATION AMONG THE TERENA INDIANS OF THE BURITI RESERVATION, STATE OF MATO GROSSO DO SUL, BRAZIL

Abstract: This paper presents an ethnoarchaeological essay on the settlement system and the process of territorialization of the Terena people living on the Buriti Indian Reservation, located in the Maracaju mountain range, between the Sidrolândia and Dois Irmãos do Buriti municipalities, in the state of Mato Grosso do Sul, Brazil. It is a study with a time frame between 1850 and the present day. The interest in the subject came from the experiences gained during the course of a court investigation, based on anthropological, archaeological and historical limits, on the expansion of the Buriti Indian Reservation from 2,090 to 17,200 hectares, held in the second half of 2003. One the relevant issue of this study is the incorporation of the paradigms of territorialization and territorialization process into Brazilian Archaeology.

Keywords: Ethnoarchaeology; Territorialization; Settlement System; Terena Indians; Buriti Indian Reservation.

Referências

- ALMEIDA SERRA, R. F. de. Extracto da descripção geográfica da Provincia de Matto-Grosso feita em 1797, por Ricardo Franco de Almeida Serra, Sargento-Mor de Engenheiros. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*, Rio de Janeiro, n. 6, p. 156-196, 1844.
- ALMEIDA SERRA, R. F. de. Parecer sobre o aldêamento dos índios Uaicurus e Guanás, com descripção dos seus usos, religião, estabilidade e costumes. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*, Rio de Janeiro, n. 7, p. 204-218, 1866.
- ALTENFELDER SILVA, F. Mudança cultural dos Terena. *Revista do Museu Paulista*, São Paulo, n. 5, v. 3, p. 271-379, 1949.
- ALTENFELDER SILVA, F. Religião Terêna. In: SCHADEN, E. (Org.). *Leituras de Etnologia Brasileira*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1976, p. 269-276.
- ASAD, T. (Ed.). *Anthropology & the Colonial Encounter*. New York: Humanities Press; London: Routledge, 1973.
- ASHCROFT, B. et al. *The Post-Colonial Studies Reader*. 2ª ed. London: Routledge, 2006.
- AZANHA, G. Relatório antropológico para a redefinição dos limites da Terra Indígena Buriti. In: *Processo FUNAI/BSB/0465/93*. Brasília – FUNAI, 2001. (não publicado)
- AZANHA, G. *As terras indígenas terena no Mato Grosso do Sul*. Brasília – Centro do Trabalho Indigenista, 2004. (não publicado)
- BALÉE, W. The four-field model of Anthropology in the United States. *Amazônica, Revista de Antropologia*, Belém, n. 1, v. 1, p. 28-53, 2009.
- BARTH, F. Ethnic Groups and Boundaries. In: HUTCHINSON, J.; SMITH, A D. (Eds.). *Ethnicity*. New York: Oxford University Press, 1996, p. 75-82.
- BARTH, F. *O guru, o iniciador e outras variações antropológicas*. Tradução de John Cunha Comerford. Rio de Janeiro: Contra Capa, 2000.
- BALDUS, H. A sucessão hereditária do chefe entre os Tereno. In: BALDUS, H. (Org.). *Ensaios de Etnologia Brasileira*. 2ª ed. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1979a, p. 34-43.
- BALDUS, H. Mitologia Karajá e Tereno. In: BALDUS, H. (Org.). *Ensaios de Etnologia Brasileira*. 2ª ed. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1979b p. 108-159.
- BESPALEZ, E. *Levantamento arqueológico e etnoarqueologia na Aldeia Lalima, Mirandal/MS: um estudo arqueológico da trajetória histórica da ocupação indígena regional*. Dissertação (Mestrado em Arqueologia) – Universidade de São Paulo, 2009.
- BERNALDO DE QUIRÓS, F. Asentamientos. In: ECHEGARAY, F. G. (Org.). *10 palabras clave en prehistoria*. Navarra: Verbo Divino, 1995, p.101-133.
- BENSA, A. *La fin de l'exotisme. Essais d'anthropologie critique*. Marseille: Anacharsis, 2006.
- BHABHA, H. K. *O local da cultura*. Tradução de Myriam Ávila, Eliana Lourenço de Lima Reis e Gláucia Renate Gonçalves. 2ª Reimp. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2003.
- BINFORD, L. R. Archaeology as Anthropology. *American Antiquity*, Washington. 28, v. 2, p. 217-225, 1962.
- BINFORD, L. R. Smudge pits and hide smoking: the use of analogy in archaeological reasoning. *American Antiquity*, Washington, n. 32, v. 1, p. 1-12, 1967.

- BINFORD, L. R. Methodological considerations of the archeological use of ethnographic data. In: LEE, R. B.; DE VORE, I. (Eds.). *Man the hunter*. Chicago: Aldine, 1973, p. 268-273.
- BINFORD, L. R. *Nunamiut Ethnoarcheology*. New York: Academic Press, 1978.
- BITTENCOURT, C. M.; LADEIRA, M. E. *A história do povo Terena*. Brasília: MEC, 2000.
- BOURDIEU, P. *O poder simbólico. Tradução de Fernando Tomaz*. 14ª ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2010.
- CARDOSO DE OLIVEIRA, R. *Urbanização e tribalismo: a integração dos índios Terena numa sociedade de classes*. Rio de Janeiro: Zahar, 1968.
- CARDOSO DE OLIVEIRA, R. O dualismo terêna. In: SCHADEN, E. (Org.). *Leituras de etnologia brasileira*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1976a, p. 186-192.
- CARDOSO DE OLIVEIRA, R. *Do índio ao bugre: o processo de assimilação dos Terena*. 2ª ed. revista. Rio de Janeiro: Livraria Francisco Alves, 1976b.
- CARDOSO DE OLIVEIRA, R. *O trabalho do antropólogo*. 2ª ed. São Paulo: UNESP, 2000.
- CARDOSO DE OLIVEIRA, R. *Os diários e suas margens: viagem aos territórios Terêna e Tükúna*. Brasília: Editora UnB, 2002.
- CARVALHO, S. M. S. Chaco: encruzilhada dos povos e “melting pot” cultural. In: CUNHA, M. C. da. *História dos índios no Brasil*. São Paulo: FAPESP/SMC/Cia das Letras, 1992, p.457-474.
- CARVALHO, S. M. S. et al. *Bibliografia crítica dos povos Aruák do Mato Grosso do Sul e do Grande Chaco*. São Paulo: Terceira Margem, 2001.
- CAVALCANTE, T. L. V. História e etnoarqueologia da ocupação e uso do espaço entre os Kaiowa de Mato Grosso do Sul. In: *Anais do IV Congresso Internacional de História*. Maringá: UEM, 2009, p. 4643-4654.
- CHANG, K. C. *Nuevas perspectivas en Arqueología*. Trad. de E. Bernárdez e M. Rivera Dorado. Madrid: Alianza Editorial, 1976.
- COUTINHO JR., W. Relatório dos estudos e levantamentos de identificação e delimitação com vistas à revisão de limites da Terra indígena Buriti. In: *Informação nº 043/DEID/DAF*. Brasília – FUNAI, 2010. (não publicado)
- CRISTINA DA SILVA, V. *Missão, aldeamento e cidade. Os Guaná entre Albuquerque e Cuiabá*. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal de Mato Grosso, 2001.
- D’ALINCOURT, L. Reflexões sobre o systema de defesa que se deve adoptar na fronteira do Paraguay, em consequencia da revolta e dos insultos praticados ultimamente pela nação dos índios Guaicurus ou Cavalleiros. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*, Rio de Janeiro, n. 20, p. 360-365, 1857.
- DAVID, N. Teorizando a etnoarqueologia e a analogia. *Horizontes Antropológicos*, Porto Alegre, n. 8, v. 18, p. 13-60. 2002.
- DAVID, N.; KRAMER, C. *Ethnoarchaeology in Action*. Cambridge: Cambridge University Press, 2001.
- DEBERT, G. G. Problemas relativos à utilização da história de vida e história oral. In: CARDOSO, R. C. L. (Org.). *A Aventura Antropológica, teoria e pesquisa*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1986, p. 141-156.
- EREMITES DE OLIVEIRA, J. *Da pré-história à história indígena: (re) pensando a Arqueologia e os povos canoeiros do Pantanal*. Tese (Doutorado em História/Arqueologia) – Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, 2002.

EREMITES DE OLIVEIRA, J. As origens do povoamento indígena do Pantanal: aportes para uma nova revisão arqueológica. *Pós-História*, Assis, n. 11, p. 159-184, 2003.

EREMITES DE OLIVEIRA, J. *Arqueologia das sociedades indígenas no Pantanal*. Campo Grande: Oeste, 2004.

EREMITES DE OLIVEIRA, J. Cultura material e identidade étnica na arqueologia brasileira: um estudo por ocasião da discussão sobre a tradicionalidade da ocupação Kaiowá da Terra Indígena Sucuri'y. *Cultura e sociedade*, Goiânia, n. 10, v. 1, p. 95-113, 2007.

EREMITES DE OLIVEIRA, J. Arqueologia como história dos índios no Pantanal. In: MORALES, Walter F.; MOI, Flavio P. (Orgs.). *Cenários regionais em Arqueologia Brasileira*. São Paulo: Annablume; Porto Seguro: Acervo, 2009, p. 89-120.

EREMITES DE OLIVEIRA, J. O repatriamento de bens arqueológicos a sociedades indígenas. *Arqueologia em Debate: Jornal da Sociedade de Arqueologia Brasileira*, São Paulo, n. 2, p. 8-9, 25 out. 2010.

EREMITES DE OLIVEIRA, J.; PEREIRA, L. M. *Perícia antropológica, arqueológica e histórica da área reivindicada pelos Terena para a ampliação dos limites da Terra Indígena Buriti, municípios de Sidrolândia e Dois Irmãos do Buriti, Mato Grosso do Sul, Brasil*. Processo nº 2001.60.00.003866-3, 3ª Vara da 1ª Subseção Judiciária de Campo Grande. Campo Grande – Justiça Federal, 2003. (não publicado)

EREMITES DE OLIVEIRA, J.; PEREIRA, L. M. “Duas no pé e uma na bunda”: da participação terena na guerra entre o Paraguai e a Tríplice Aliança à luta pela ampliação de limites da Terra Indígena Buriti. *História em Reflexão*, Dourados, n. 1, v. 2, p. 1-20, 2007.

EREMITES DE OLIVEIRA, J.; PEREIRA, L. M. *Ñande Ru Marangatu: laudo antropológico e histórico de uma terra kaiowa na fronteira do Brasil como Paraguai, município de Antônio João, Mato Grosso do Sul*. Dourados: Editora UFGD, 2009.

EREMITES DE OLIVEIRA, J.; PEREIRA, L. M. Reconhecimento de territórios indígenas e quilombolas em Mato Grosso do Sul: desafios para a antropologia social e a arqueologia em ambientes colonialistas. In: AGUIAR, R. L. S. de et al. (Orgs.). *Arqueologia, Etnologia e Etno-história em Iberoamérica: fronteiras, cosmologia e antropologia em aplicação*. Dourados: Editora UFGD, 2010, p. 185-208.

EREMITES DE OLIVEIRA, J. de; VIANA, S. A. O Centro-Oeste antes de Cabral. *Revista USP*, São Paulo, n. 44, v. 1, p. 142-189, 2000.

FABIAN, J. *Language and colonial Power: the appropriation of Swahili in the Former Belgian Congo, 1880-1938*. Foreword by Edward Said. 1ª Rep. Berkeley/Los Angeles: University of California Press, 1991.

FABIAN, J. *Time and the Work of Anthropology. Critical Essays*. 2ª ed. Chur (Switzerland): Harwood Academic Publishers, 1996.

FABIAN, J. *Anthropology with an Attitude. Critical Essays*. Stanford: Stanford University Press, 2001.

FANON, F. *Os Condenados da Terra*. Prefácio de Jean-Paul Sartre. Tradução de José Laurênio de Mello. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1968.

FERREIRA, A. C. *Mudança cultural e afirmação identitária: a antropologia, os Terena e o debate sobre aculturação*. Dissertação (Mestrado em Antropologia Social) – Universidade Federal do Rio de Janeiro/Museu Nacional, 2002.

- FERREIRA, A. C. *Tutela e resistência indígena: etnografia e história das relações de poder entre os Terena e o Estado Brasileiro*. Tese (Doutorado em Antropologia Social) – Universidade Federal do Rio de Janeiro/Museu Nacional, 2007.
- FLORENCE, H. *Viagem fluvial do Tietê ao Amazonas: 1825 a 1829*. Trad. de A. d'E. Taunay. São Paulo: Cultrix/Edusp, 1977.
- FRANCHETTO, B.; HECKENBERGER, M. (Orgs.). *Os povos do alto Xingu: história e cultura*. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2001.
- GEERTZ, C. *Nova luz sobre a antropologia. Tradução de Vera Ribeiro*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2001.
- GONZÁLEZ CASANOVA, P. Sociedad plural, colonialismo interno y desarrollo. *América Latina. Revista del Centro Latinoamericano de Ciencias Sociales*, México DF, n. 6, v. 3, p. 15-32, 1963.
- GONZÁLEZ CASANOVA, P. Colonialismo interno [una redefinición]. In: BORON, A. A. et al. (Comp.). *La teoría marxista hoy: problemas y perspectivas*. Buenos Aires: Clacso, 2006, p. 409-434.
- GONZÁLEZ RUIBAL, A. *La experiencia del Outro. Una introducción a la etnoarqueología*. Madrid: Akal, 2003.
- GOULD, R. A. (Ed.). *Explorations in Ethnoarchaeology*. Albuquerque: University of New Mexico Press, 1978.
- ISA – Instituto Socioambiental. *Terra Indígena Buriti*. São Paulo, Instituto Socioambiental, 2010. Disponível em: <http://pib.socioambiental.org/caracterizacao.php?id_ar=3626>. Acesso em: 06/09/2010.
- JONES, S. *The Archaeology of Ethnicity. Constructing identities in the past and present*. New York: Routledge, 1997.
- JONES, S. Categorias históricas e a práxis da identidade: a interpretação da etnicidade na arqueologia histórica. In: FUNARI, P. P. A. et al. (Org.). *Identidades, discurso e poder: estudos da arqueologia contemporânea*. São Paulo: FAPESP/Annablume, 2005, p. 27-43.
- KRAMER, C. Introduction. In: KRAMER, C. (Ed.). *Ethnoarchaeology: Implications of Ethnography for Archaeology*. New York: Columbia University, 1979, p. 1-20.
- LABRADOR, J. S. *El Paraguay Católico*. Buenos Aires: Coni Hermanos, 2 t, 1910.
- LADEIRA, M. E. M. *Língua e história: análise sociolinguística em um grupo Terena*. Tese (Doutorado em Semiótica e Linguística Geral) – Universidade de São Paulo, 2007.
- MACHADO DE SOUZA, N. *A Redução de Nuestra Señora de La Fe no Itatim: entre a cruz e a espada (1631-1659)*. Campo Grande: Editora UCDB, 2004.
- MALINOWSKI, B. *Argonautas do Pacífico ocidental: um relato do empreendimento e da aventura dos nativos nos arquipélagos da Nova Guiné Melanésia*. Tradução de A. P. Carr & L. A. C. Mendonça. 3ª ed. São Paulo: Abril Cultural, 1984.
- MELLO, R. S. de. *História do Forte de Coimbra*. Rio de Janeiro: Imprensa do Exército, 3 v, 1958.
- MÉTRAUX, A. The native tribes of eastern Bolivia and western Matto Grosso. *Bulletin*, Washington, 134, 1942.
- MÉTRAUX, A. Estudios de etnografía chaquense. *Anales del Instituto de Etnografía Americana*. Trad. de S. Canals Frau. Cuyo, n. 5, p. 263-314, 1944.

- MÉTRAUX, A. Ethnography of the Chaco. In: STEWARD, J. H. (Ed.). *Handbook of South American Indians*. 2ª ed. New York: Cooper Square Publishers, v.1, 1963, p.197-370.
- MIGLIACIO, M. C. *A ocupação pré-colonial do Pantanal de Cáceres, Mato Grosso: uma leitura preliminar*. Dissertação (Mestrado em Arqueologia) – Universidade de São Paulo, 2000.
- MIGLIACIO, M. C. *O doméstico e o ritual: cotidiano Xaray no Alto Paraguai até o século XVI*. Tese (Doutorado em Arqueologia) – Universidade de São Paulo, 2006.
- MONSERRAT, R. M. F. Línguas indígenas no Brasil contemporâneo. In: GRUPIONI, L. D. B. (Org.). *Índios no Brasil*. Brasília: MEC, 1994, p. 93-104.
- MORGAN, L. H. *La Sociedad Primitiva*. Traducción de Juan Manuel Domínguez. 4ª ed. Madrid: Editorial Ayuso; Bogotá: Editorial Pluma, 1980.
- BERG, K. Terena social organization and law. *American Anthropologist*, Menasha, n. 50, v. 2, p. 283-291, 1948.
- BERG, K. *Indian tribes of Northern Mato Grosso, Brazil*. Washington: Smithsonian Institution, 1953. (Institute of Social Anthropology Publication n°. 15)
- PACHECO DE OLIVEIRA, J. (Org.). *Sociedades indígenas e indigenismo no Brasil*. Rio de Janeiro: Marco Zero/Editora UFRJ, 1987.
- PACHECO DE OLIVEIRA, J. (Org.). *Indigenismo e territorialização: poderes rotinas e saberes coloniais no Brasil contemporâneo*. Rio de Janeiro: Contra Capa, 1998a.
- PACHECO DE OLIVEIRA, J. Uma etnologia dos “índios misturados”? Situação colonial, territorialização e fluxos culturais. *Mana*, Rio de Janeiro, n. 4, v. 1, p. 47-77, 1998b.
- PACHECO DE OLIVEIRA, J. *Ensaio em antropologia histórica*. Prefácio de Roberto Cardoso de Oliveira. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 1999.
- PACHECO DE OLIVEIRA, J. Pluralizando tradições etnográficas: sobre um certo mal-estar na antropologia. In: LANGDON, E. J.; GARNELO, L. (Orgs.). *Saúde dos povos indígenas: reflexões sobre antropologia participativa*. Rio de Janeiro: Contra Capa/ABA, 2004, p. 9-32.
- PACHECO DE OLIVEIRA, J. (Comp.). *Hacia una antropología del indigenismo*. Rio de Janeiro: Contra Capa Livraria, 2006.
- PEIXOTO, J. L. dos S.; SCHMITZ, P. I. A Missão de Nossa Senhora do Bom Conselho, Pantanal, Mato Grosso do Sul. *Pesquisas (Série História)*, São Leopoldo, n. 30, p. 33-155, 1998.
- PELS, P. The Anthropology of Colonialism: Culture, History, and the Emergence of Western Governmentality. *Annual Review of Anthropology*, n. 26, p. 163-183, 1997.
- PELS, P. What has anthropology learned from the anthropology of colonialism? *Social Anthropology*, n. 16, v. 3, p. 280-299, 2008.
- PEREIRA, L. M. *Os Terena de Buriti: formas organizacionais, territorialização e representação da identidade étnica*. Prefácio de Jorge Eremites de Oliveira. Dourados: Editora UFGD, 2009.
- POLITIS, G. *Nukak: Ethnoarchaeology of an Amazonian People*. Translated by Benfamin Alberti. London: Left Coast Press, 2007.
- POUTIGNAT, P.; STREIFF-FENART, J. *Teorias da Etnicidade. Seguido de Grupos Étnicos e suas Fronteiras de Fredrik Barth*. Tradução de Elcio Fernandes. São Paulo: Editora UNESP, 1998.
- RIBEIRO, F. B. Etnografia a jato. In: SCHUCH, P. et al. (Orgs.). *Experiências, dilemas e desafios do fazer etnográfico contemporâneo*. Porto Alegre: Editora UFRGS, 2010, p. 85-88.

- RIVERS, W. H. El método genealógico de investigación antropológica. In: LLOBERA, J. R. (Org.). *La antropología como ciencia*. Traducción de Antonio Desmots et al. Barcelona: Anagrama, 1975, p. 85-96.
- RIVERS, W. H. A idéia do parentesco. In: CARDOSO DE OLIVEIRA, R. (Org.). *Antropologia de Rivers*. Tradução de Gilda Cardoso de Oliveira e Sonia Bloomfield Ramagem. Campinas: Editora Unicamp, 1991, p. 49-152.
- RODRIGUES, A. D. *Línguas brasileiras. Para o conhecimento das línguas indígenas*. São Paulo: Loyola, 1986.
- SAID, E. W. *Reflexões sobre o exílio e outros ensaios*. Tradução de Pedro Maia Soares. São Paulo: Companhia das Letras, 2003.
- SALOMON, M. et al. (Org.). *Processos de territorialização: entre a história e a antropologia*. Goiânia: Editora UFG, 2005.
- SANTOS, A. F. M.; PACHECO DE OLIVEIRA, J. (Orgs.). *Reconhecimento étnico em exame: dois estudos sobre os Caxixó*. Rio de Janeiro: Contra Capa, 2003.
- SCHUCH, M. E. J. *Xaray e Chané: índios frente à expansão espanhola e portuguesa no Alto Paraguai*. Dissertação (Mestrado em História Ibero-Americana) – Universidade do Vale do Rio dos Sinos, 1995.
- SCHUCH, M. E. J. Missões Capuchinhas entre os Guaná Sul-matogrossenses. *Pesquisas* (Série História), São Leopoldo, n. 30, p. 89-131, 1998.
- SGANZERLA, A. *A história do Frei Mariano de Bagnaia: o missionário do Pantanal*. Campo Grande: Editora FUCMT, 1992.
- SILVERMAN, S. The United States. In: BARTH, F. et al. (Org.). *One discipline, four ways: British, German, French, and American Anthropology*. With a foreword by Chris Hann. Chicago: The University of Chicago Press, 2005, p. 255-347.
- SMITH, L. T. *Descolonizing Methodologies. Research and Indigenous Peoples*. 8ª imp. London/New York: Zed Books; Dunedin: University of Otago Press, 2005. (History of Anthropology, 7)
- SUSNIK, B. *Etnología del Chaco Boreal y su periferia (siglos XVI y XVIII)*. Asunción: Museo Etnográfico Andrés Barbero, 1978.
- SUSNIK, B. *Interpretación etnocultural de la Complejidad Sudamericana Antigua – I: formación y dispersión étnica*. Asunción: Museo Etnográfico Andrés Barbero, 1994.
- SUSNIK, B. *Interpretación etnocultural de la Complejidad Sudamericana Antigua – II: el hombre, persona y agente ergológico*. Asunción: Museo Etnográfico Andrés Barbero, 1995.
- STEIL, C. A.; FAUSTO, C. *Documento de Área – Antropológica/Arqueologia*. Brasília – CAPES, 2009. (não publicado)
- STOCKING JR., G. W. (Ed.). *Colonial Situations. Essays on the Contextualization of Ethnographic Knowledge*. Madison: The University of Wisconsin Press, 1991.
- STOCKING JR., G. (Org.). *A formação da antropologia americana, 1883-1991: Antologia Franz Boas*. Tradução de Rosaura Maria C. L. Eichenberg. Rio de Janeiro: Contraponto/ Editora UFRJ, 2004.
- TAUNAY, A. d'E. [Visconde de Taunay]. *Entre nossos índios Chanés, Terenas, Kinikinaus, Guanás, Laianas, Guatós, Guaycurús, Caingangs*. São Paulo: Companhia Melhoramentos de S. Paulo, 1940.

- TRIGGER, B. G. Settlement Patterns in Archaeology. In: FAGAN, B. M. (Ed.). *Introductory Readings in Archaeology*. Boston/Little: Brown and Company, 1970, p. 237-262.
- TRIGGER, B. G. *Time and Traditions. Essays in Archeological Interpretation*. New York: Columbia University Press, 1978.
- TRIGGER, B. G. Ethnohistory: problems and prospects. *Ethnohistory*, Chicago, n. 29, v. 1, p. 1-19, 1982.
- TRIGGER, B. G. Ethnohistory: the unfinished edifice. *Ethnohistory*, Chicago, n. 33, v. 3, p. 253-267, 1986.
- URBAN, G. A história da cultura brasileira segundo as línguas nativas. In: CUNHA, M. C. da (Org.). *História dos índios no Brasil*. São Paulo: FAPESP/Companhia das Letras/SMC, 1992, p.86-102.
- VANSINA, J. *La tradición oral*. Traducción de Miguel María Llongueras. Barcelona: Labor, 1966.
- WILLEY, G. R. *An Introduction to American Archaeology*. Englewood Cliffs: Prentice-Hall, v. 2, 1971.
- WILLEY, G. R.; PHILLIPS, P. *Method and theory in American Archaeology*. Chicago: The University of Chicago Press, 1958.
- WILLIAMS, P.; CHRISMAN, L. (Eds.). *Colonial discourse and post-colonial theory: a reader*. New York: Columbia University Press, 1994.
- XIMENES, L. G. *Terra Indígena Buriti: estratégias e performances terena na luta pela terra*. Dissertação de Mestrado em História. Dourados, UFGD, 2011.
- ZEDEÑO, M. N. Landscapes, Land Use, and the History of Territory Formation: An example from the Puebloan Southwest. *Journal of Archaeological Method and Theory*, n. 4, v. 1, p. 67-103, 1997.